



## **PARALELO ENTRE A TRAJÉTORIA DA EDUCAÇÃO DE SURDOS E A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE**

Autora Lindilene Maria de Oliveira

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE [raylindi@yahoo.com.br](mailto:raylindi@yahoo.com.br);

Coautora Keyla Maria Santana da Silva

Instituto Federal de Pernambuco/Campus Vitória de Santo Antão – IFPE [keyla.silva@vitoria.ifpe.edu.br](mailto:keyla.silva@vitoria.ifpe.edu.br);

Coautora Betiza Pinto Botelho

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE [botelhobetiza@gmail.com](mailto:botelhobetiza@gmail.com)

### **RESUMO**

O presente artigo visa analisar a história da educação dos surdos, marcada por privações, pela negação do acesso ao conhecimento, por uma caminhada de luta para o reconhecimento dos seus direitos e a filosofia da educação bilíngue como ideologia capaz de trazer resultados mais significativos no que tange ao ensino de surdos. Neste contexto, o surdo deve adquirir como língua materna a língua de sinais, que é considerada como a língua natural dos surdos, e o português ou qualquer língua oral e escrita como segunda língua.

O despertar para a questão surgiu no I Ciclo de Debates por uma Educação Bilíngue no Agreste de Pernambuco, promovido no Núcleo de Formação Docente do Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco. Onde foi realizada uma pesquisa entre os presentes no evento, com a coleta de dados feita por meio de questionário escrito. O objetivo principal deste trabalho, foi fazer um paralelo entre a trajetória da educação de surdos e a perspectiva da educação bilíngue. Com a hipótese de que a proposta mais adequada para o surdo na sala de aula seria o bilinguismo, por possibilitar a exposição a língua de sinais o mais cedo possível. Abordar o conhecimento e a história desta língua, é fundamental para que os sujeitos surdos tenham direito e respeito a sua diferença linguística, com uma língua visual espacial. É preciso integrar as necessidades educacionais, para promover a construção do conhecimento e a cidadania.

**Palavras-chaves:** Educação de surdos, Educação bilíngue, Língua Brasileira de Sinais, Inclusão.

### **1 Introdução**

Ao tratar sobre o processo de educação dos surdos, estamos abordando uma história de negação ao acesso ao conhecimento. Estudos mostram como as ideologias de cada momento histórico os tratou. A trajetória da educação de surdos é marcada por castigos, lutas e superação, sujeitos considerados estranhos e objetos de curiosidades da sociedade.

Na idade moderna os médicos, que tinham filhos surdos, começaram a se interessar por estudos e estratégias de ensino voltadas para estudantes surdos. Na Espanha, Pedro Ponce de León (1520-1584) foi o primeiro professor a ensinar aos surdos e criou uma metodologia de educação para surdos (STROBEL, 2008).



Na atualidade, expressões do tipo: Direito à Diversidade, Respeito às Diferenças, Multiculturalismo, Cidadania, Educação para Todos, Inclusão, são usadas com frequência em diferentes contextos e discursos político-ideológicos. Embora, soem, muitas vezes, como meros clichês, num mundo que produz cada vez mais excluídos.

No campo da educação, num primeiro momento, a visão clínica do sujeito foi caracterizada pela exclusão, no qual pessoas que estavam fora do padrão social eram ignoradas, rejeitadas e, por vezes, perseguidas. Posteriormente, a sociedade começa a perceber e rotular de “excepcionais” ou “desajustados” sociais, surgindo a necessidade de segregá-los em asilos, abrigos e instituições de saúde, como forma de ressocialização, mas que dificilmente voltavam ao convívio social e menos ainda perspectiva de ser um cidadão pleno. Inspirada na Declaração Mundial de Educação para Todos e na Declaração de Salamanca, a Educação Inclusiva defende o acesso de todos à escola, mediante a criação de mecanismos e práticas educativas que respeitem as necessidades dos educandos. Em relação à inclusão de alunos surdos nas escolas regulares, embora os discursos e as políticas reconheçam a especificidade linguística das pessoas surdas, ao valorizarem o uso da língua brasileira de sinais, doravante LIBRAS, este modelo de educação não tem atendido às necessidades desta parcela da população. No contexto das salas inclusivas, parece que as pessoas surdas acabam se tornando excluídas do conhecimento, pois nem todas possuem o domínio da Libras ao chegarem na escola, e neste caso, o intérprete passa a desempenhar outra função, a de professor.

A educação de surdos teve início na época do Império com a chegada do professor surdo francês Ernest Huet, que foi trazido em 1855 pelo imperador D. Pedro II, para trabalhar na educação de duas crianças surdas. Em 26 de setembro de 1857 foi fundado o Instituto Imperial Nacional de Surdos-Mudos. Hoje atual Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES), data que comemora-se o dia dos surdos, reconhecida e assinada pelo Ex-Presidente do Brasil Luis Inácio Lula da Silva com o número de Lei Nº 11.796 de 29 de outubro de 2008. Essa comemoração foi nomeada pela comunidade surda de setembro azul. Além disso, o Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005 regulamentou a Lei que reconhece a Libras como língua.

O Art. 1º da Lei Nº 10.436 de 24 de abril de 2002, diz que ela é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira



de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

No Decreto Nº. 5.626, de 22 de dezembro de 2005, consta que o aluno surdo tem direito a uma educação bilíngue, que a Língua Brasileira de Sinais–Libras deve ser considerada a primeira língua (L1) dos surdos e a Língua Portuguesa, na modalidade escrita, a segunda (L2) dos surdos, então surge a filosofia da educação bilíngue como ideologia capaz de trazer resultados mais significativos no que tange ao ensino de surdos. Neste contexto, o surdo deve adquirir como língua materna a língua de sinais, que é considerada como a língua natural dos surdos, e o português ou qualquer língua oral e escrita como segunda língua.

Se a língua de sinais é uma língua natural adquirida de forma espontânea pela pessoa surda em contato com pessoas que usam essa língua e se a língua oral é adquirida de forma sistematizada, então as pessoas surdas tem o direito de ser ensinadas na língua de sinais (QUADROS, 1997, P.27).

Esse artigo tem como objetivo principal fazer um paralelo entre a trajetória da educação de surdos e a perspectiva da educação bilíngue.

O despertar para a produção deste trabalho, surge do tema central abordado no I Ciclo de Debates por uma Educação Bilíngue no Agreste de Pernambuco, promovido no Núcleo de Formação Docente do Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco. Com a hipótese de que a proposta mais adequada seria a educação bilíngue, pois propõe a exposição a língua de sinais o mais cedo possível.

Abordar a história desta língua e o seu conhecimento, é fundamental para que os sujeitos surdos tenham direito e respeito a sua diferença linguística, com uma língua visual espacial. É preciso integrar as necessidades educacionais, para promover a construção do conhecimento e a cidadania.

## **2 Metodologias**

Participaram desta pesquisa, quatro grupos que estavam presentes no I Ciclo de Debates por uma Educação Bilíngue no Agreste de Pernambuco, promovido no Núcleo de Formação Docente do Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco. Onde foi realizada a coleta de dados feita por meio de questionário escrito.

A escolha dos grupos se deu em função, deles terem vivenciado a experiência da história da educação de surdos e da abordagem bilíngue, para obter os elementos necessários para refletir sobre o objetivo desta pesquisa.

Nesta seção, apresentamos o delineamento metodológico dos procedimentos utilizados para coleta e análise dos dados.

## **2.1 Abordagem da pesquisa**

Nesta pesquisa, utilizamos a abordagem qualitativa, por buscar explicações, significados e características dos resultados das informações obtidas (OLIVEIRA, 2005).

## **2.2 Caracterização do tipo de pesquisa**

A pesquisa de campo, o objeto/fonte é abordado em seu próprio ambiente, permitindo que a coleta dos dados seja feita nas condições naturais em que seus fenômenos ocorrem; não tendo assim, a intervenção e manuseio por parte do pesquisador (SEVERINO, 2007). A pesquisa descritiva procura a análise dos fatos e/ou dos fenômenos, por meio de uma descrição detalhada da realidade pesquisada (OLIVEIRA, 2005, p. 87).

## **2.3 Campo de pesquisa**

A pesquisa foi realizada na Universidade Federal de Pernambuco - Centro Acadêmico de Agreste- UFPE/CAA, localizada na Cidade do Caruaru/PE. O critério desta escolha foi por ela ser referência no ensino superior.

## **2.4 Sujeitos da pesquisa**

Os sujeitos participantes da pesquisa foram intérpretes de libras, docentes, discentes e visitantes presentes no I Ciclo de Debates por uma Educação Bilíngue no Agreste de Pernambuco.

## **2.5 Instrumentos de coletas de dados**



Os instrumentos para a operacionalização da coleta de informações da pesquisa compreenderam:

**a) Questionário**

## **2.6 Procedimentos de coleta de dados**

Os procedimentos de coleta seguiram as seguintes etapas:

- Contato com os sujeitos para o recebimento das devidas autorizações realizadas através da assinatura do TCLE.
- Definição de horários para aplicação dos questionários.
- Participação do evento para coleta do material já especificado.

## **2.7 Análise e discussão dos dados**

Para a análise dos dados, seguimos as seguintes etapas:

- a) Análise dos questionários dos quatro grupos.

## **2.8 Considerações Éticas**

Esta pesquisa foi autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFPE, depois de explicado o teor do "Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento" (TCLE), ele foi entregue aos sujeitos envolvidos para assinatura. Eles concordaram livremente em participar da pesquisa ao mesmo tempo em que autorizaram a utilização de suas respostas, presentes nos questionários para esse estudo. Os termos foram assinados pelos quatro grupos de sujeitos, a saber: participantes externos, intérprete de libras, discentes e docentes.

### **Quadro 01.**



## Perguntas

## Respostas

1 – Após uma trajetória de luta na educação de surdos, qual a sua opinião sobre o direito linguístico do surdo?

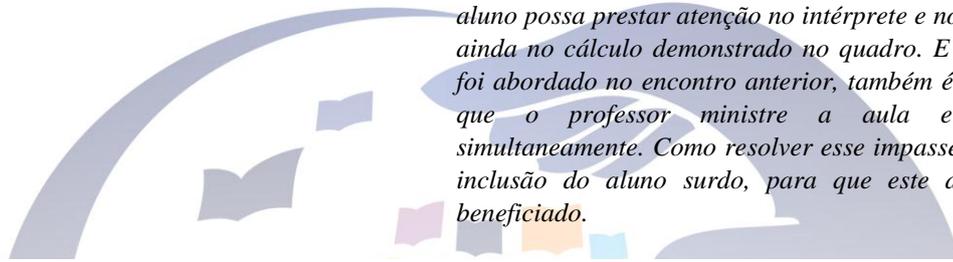
*Antes do acontecimento do congresso de Milão os surdos tinham professores surdos e utilizaram normalmente a língua de sinais, o que se faz correspondente a uma citação colocada no decorrer da palestra, enfatizando que o indivíduo com suas especificidades deve usar sua língua materna. Após o congresso foi proibida a utilização da Libras e aceito a oralização, o que atrasou e prejudicou o desenvolvimento educacional dos surdos. A partir disto toda a comunidade surda começou a lutar, exigindo seus direitos da utilização da Libras.*

2 – O que você entende sobre bilinguismo?

*Ser bilíngue é utilizar-se de duas línguas para comunicação.*

3 – Qual benefício estar em uma sala ou escola bilíngue?

*Se é o compressível que é humanamente impossível que o aluno possa prestar atenção no intérprete e no professor e ainda no cálculo demonstrado no quadro. E se, como já foi abordado no encontro anterior, também é complicado que o professor ministre a aula e intérprete simultaneamente. Como resolver esse impasse em prol da inclusão do aluno surdo, para que este de fato seja beneficiado.*



### 3 Resultados e discussão

Nos procedimentos metodológicos, optou-se por perguntas abertas na composição do questionário dos quatro grupos, a fim de investigar as percepções sobre a educação dos surdos, com o objetivo de estabelecer um paralelo entre a trajetória da educação de surdos e a perspectiva da educação bilíngue. As respostas recolhidas durante a coleta de dados foram analisadas e classificadas em categorias de análise, como amostra das colocações emergidas nos textos elaborados pelos grupos.

Nas respostas do quadro 1, no que se refere a trajetória da educação dos surdos, relata-se que antes do Congresso de Milão que proibiu o uso da língua de sinais, as aulas eram ministradas por professores surdos em suas línguas maternas, que possibilitava o desenvolvimento educacional sem prejuízo. No entanto, a soberania do oralismo negou por décadas o direito linguístico dos surdos e o acesso ao conhecimento.

Com o decreto 5626/05, que regulamenta a Lei 10.436/02 a Língua de Sinais Brasileira passa ser reconhecida como necessária na educação dos surdos.



Art. 22. As instituições federais de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de: I - escolas e classes de educação bilíngue, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngues, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental (...)

Percebe-se que este modelo seria uma possibilidade para resolver o impasse com os problemas enfrentados pelos alunos na sala de aula, onde conforme o relato no quadro 1, é humanamente impossível que o aluno possa prestar atenção no intérprete e no professor e ainda no cálculo demonstrado no quadro, sendo também complicado que o professor ministre a aula e intérprete simultaneamente. O bilinguismo na sala de aula favorece a inclusão do surdo e beneficia seu processo de aprendizado.

A educação bilíngue transcende as questões puramente linguísticas, ela vai além da língua de sinais e do português (QUADROS, 2005).

#### **4 Conclusões**

Os surdos por muito tempo sofreram e foram prejudicados pela privação da sua língua materna. Suas vidas ficaram nas mãos daqueles que decidiram, sem levar em consideração as suas opiniões, o que desejavam e sentiam.

Foram mais de cem anos de práticas eneguecidas pela tentativa de correção, normalização e pela violência institucional; instituições especiais que foram reguladas tanto pela caridade e pela beneficência quanto pela cultural social vigente, que requeria uma capacidade para controlar, separar e negar a existência da comunidade surda, da Língua de Sinais, das identidades surdas e das experiências visuais, que determinam o conjunto de diferenças dos surdos em relação a qualquer outro grupo de sujeitos (SKLIAR, 2001, p. 7).

A caminhada de anos de lutas e reivindicações possibilitou o reconhecimento da sua língua natural, uma grande conquista da história dos surdos pela busca dos seus direitos.

A libras é uma língua de modalidade visual-espacial, ou seja, se realiza no espaço com articuladores visuais: as mãos, o corpo, os movimentos e o espaço de sinalização. Ela se difere completamente da língua portuguesa que é oral-auditiva.

Segundo Fernandes (2006), devemos considerar que, enquanto o ouvinte recorre às propriedades fonológicas naturais de sua fala interna, o Surdo recorre às propriedades visuais que constituem a forma de sua sinalização interna.

Para a proposta educacional ser caracterizada como bilíngue, não basta apenas aceitar



a Língua de Sinais, mas também a visão de mundo, a identidade, a cultura e a constituição do sujeito. Como também considerar a Língua Portuguesa como segunda língua, mas de maneira que seja acessível ao surdo.

O ensino bilíngue é a proposta que mais respeitou a identidade e a cultura do sujeito surdo. Ela busca dar condições de incluí-lo de forma efetiva e completa, legitimando suas diferenças e capacidades. Apesar de ser um modelo recomendado para as escolas inclusivas, ainda existe um grande distanciamento entre o que se é proposto e a real vivência na sala de aula.

Segundo Lacerda (2006), para se ter qualidade na inclusão dos surdos e a proposta do bilinguismo seja realmente implementada como se propõe, é necessário refletir sobre a organização dos espaços escolares, na formação dos professores que atuarão nesse novo modelo e primordialmente respeitar as particularidades linguísticas dos alunos surdos: “Não se trata de inserir a criança surda nas atividades propostas para ouvintes, mas de pensar atividades que possam ser integradoras e significativas para surdos e ouvintes” (p.182).

Trabalhar numa perspectiva bilíngue vai além do uso de sinais fora de contextualização, para aprender a língua de sinais é preciso conviver com usuários desta língua, é preciso vivenciá-la em uma prática diária. O ambiente escolar precisaria assumir as duas línguas assegurando o conhecimento de ambas e a valorização de ambas no processo de aprendizagem.

Seria a proposta mais adequada, pois ela propõe a exposição a língua de sinais o mais cedo possível. Nesta perspectiva, a metodologia deve ser oferecida aos surdos com situações significativas, tendo como recursos, interação com outros surdos, diversos gêneros textuais, jogos, e estímulo ao uso da Libras.

É preciso ressaltar que este não é o modelo ideal e almejado por todos os surdos, mas certamente um avanço na história da educação dos surdos. No entanto, esta não é uma luta apenas deste grupo, a sociedade como um todo precisa unir-se a esta causa, para dar continuidade a caminhada de luta. Para aprimorar e obter cada vez mais avanços para a educação e a história como um todo. A promoção de novos e contínuos eventos e espaços para essas reflexões e o surgimento de novas teorias é de suma importância.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**



BRASIL. **Lei nº 10.436**, de 24 de Abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2002/L10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm). Acesso em 14 Jul. 2016.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato20042006/2005/Decreto/D5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2005/Decreto/D5626.htm). Acesso em 14 Jul. 2016.

FERNANDES, S. **Práticas de letramento na educação bilíngue para surdos.**

Curitiba: SEED, 2006.

LACERDA, C. B. F. de. **A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência.** Cadernos CEDES, v. 26, n. 69, 2006.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa.** Recife: Ed. Bagaço, 2005.

QUADROS, R. M. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem.** Porto Alegre: Artmed, 1997.

QUADROS, R.M. **O 'Bi' em bilingüismo na educação de surdos.** In: FERNANDES, E. (Org.) Surdez e bilingüismo. Porto Alegre: Editora Mediação, 2005.

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 23ª Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SKLIAR, Carlos. **A surdez: um olhar sobre as diferenças.** Porto Alegre: Mediação, 2001, 2ª ed.

STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008. 118p.: il.